



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

HAPIRIPRAMTI JORUNTI KUWEXERE

**O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO
ESCOLAR INDÍGENA: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA
KÔJIPÔKTI**

Marabá – PA
2023

HAPIRIPRAMTI JORUNTI KUWEXERE

**O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E O
ENSINO DE GEOGRAFIA: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA
KÔJIPÔKTI**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado na Faculdade de Geografia
da Universidade Federal do Sul e Sudeste
do Pará, como requisito básico para a
conclusão do curso de Licenciado em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Gaudêncio
Brito Pureza.

Co-Orientador: Prof. Dr. Ribamar Ribeiro
Junior

Marabá – PA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

- K971 Kuwexere, Hapiripramti Jorunti
 O livro didático e o ensino de geografia na educação escolar indígena: um estudo de caso da escola Kôjipôkti / Hapiripramti Jorunti Kuwexere. — 2023.
 44 f. : il. color.
- Orientador(a): Marcelo Gaudêncio Brito Pureza; coorientador(a): Ribamar Ribeiro Junior.
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura em Geografia, Marabá, 2023.
1. Indígenas - Educação. 2. Livros didáticos. 3. Geografia (Ensino fundamental). 4. Escolas indígenas. 5. Aprendizagem. 6. Ensino. I. Pureza, Marcelo Gaudêncio Brito , orient. II. Ribeiro Junior, Ribamar, coorient. III. Título.

CDD: 22. ed.: 371.829

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

HAPIRIPRAMTI JORUNTI KUWEXERE

**O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E O
ENSINO DE GEOGRAFIA: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA
KÔJIPÔKTI**

_____, _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Gaudêncio Brito Pureza (UNIFESSPA)
Orientador

Prof. Dr. Elivelton, da Silva Fonseca (UNIFESSPA)

Prof. Dr. Ribamar Ribeiro Junior (CRM/IFPA)

Dedico esta pesquisa à memória ao meu Pai Kuwexere.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me proporcionar saúde, sabedoria e força para seguir firme até aqui, conduzindo minha jornada acadêmica.

Aos meus pais Jorumti e Kuwexere, que foram fundamentais, sempre apoiaram meus estudos, desde o ensino infantil e sempre me dando força para fazer uma faculdade, obrigado por acreditarem na educação é através dos seus incentivos estou concluindo o curso de Geografia.

A minha esposa Bruna que sempre esteve ao meu lado, compreendendo a importância da minha formação acadêmica, me incentivando a concluir e chegar ao final do curso.

Aos meus filhos Pietro Hipeipramti, Amjimpapramti e Hawainore que foram minha fonte de inspiração para conclusão do curso.

A minha sogra Sonia, que sempre me encorajou para que eu não desistisse do curso.

Aos meus irmãos Xapramti, Katenamrare, Amijitapeti, Jokanati e Krokoti que sempre me deram forças e me incentivaram nos momentos difíceis que enfrentei durante o curso.

Ao meu orientador professor Marcelo Gaudêncio, pela dedicação, compreensão e paciência. Também ao meu coorientador professor Ribamar, pela orientação e paciência durante o desenvolvimento do trabalho. A vocês, meu muito obrigado!

Ao povo indígena da minha aldeia Hàkti Jőkri, e também aos alunos e a todos os representantes da nossa escola indígena Kojipokti, que lutam pela educação escolar indígena.

LISTA DE SIGLAS

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNE – Plano Nacional de Educação

TI – Terra Indígena

LDB – Lei de diretrizes e bases da educação nacional

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas

EEI – Educação Escolar Indígena

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

MEC – Ministério da Educação

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Fluxograma dos Procedimento Metodológicos. | 16 |
| Figura 2: Coleção de Livro Didático que chegam na Escola Kôjipõkti..... | 32 |
| Figura 3: Sala de aula da escola Kôjiõkti. | 33 |
| Figura 4: Alunos realizando atividades em sala de aula da escola Kôjiõkti..... | 34 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Questionário aplicado ao aluno A..... | 34 |
| Quadro 2: Questionário aplicado ao aluno B..... | 36 |

RESUMO

O livro didático no processo de aprendizagem deve proporcionar aos alunos uma aproximação dos conteúdos trabalhados em sala de aula com a realidade vivenciada por eles, fazendo-os perceberem as relações da temática que é abordada no livro com os seus conhecimentos adquiridos no seu processo de formação e no seu cotidiano. O livro deve fornecer aos professores subsídios que favoreçam o desenvolvimento de suas aulas, tendo a função de dar apoio ao seu trabalho em sala de aula, sendo um instrumento facilitador no desenvolvimento das aulas, tornando-se também importante no processo de ensino e aprendizagem do aluno. O objetivo geral da pesquisa é analisar os conteúdos referentes aos povos indígenas presentes nos livros didáticos de geografia do 6º ao 9º ano que são utilizados na Escola Indígena Kojipokti, tendo como procedimentos metodológicos, análises bibliográficas, documental e atividade pedagógica direcionada aos alunos do 6º ao 9º ano. A fundamentação teórica da pesquisa se deu a partir de autores como Maher (2005), Hespanhol (2006), Castrogiovanni (2010), dentre outros. Portanto, é necessário a elaboração e distribuição de livros didáticos específicos para as escolas indígenas, o que irá contribuir no processo de ensino e aprendizagem dos alunos indígenas, contendo assim, conteúdos que dialoguem e que vão ao encontro das especificidades, identidades, culturas e necessidades dos povos indígenas.

Palavras-chave: Livro didático. Educação Escolar Indígena. Geografia.

ABSTRACT

The textbook in the teaching learning process, should provide students with an approximation of the contents worked in the classroom with their experienced reality, making them realize the relationship between the theme addressed in the book with their knowledge acquired in their training process and in their daily lives. The textbook should provide teachers with subsidies that facilitate the development of their classes subjects, having the function of support to their work in the classroom, being a facilitator instrument in the development of the classes, also becoming important in the teaching and learning process of the student. The main goal of the study is to analyze the contents referring to indigenous peoples present in the geography textbooks from the 6th to the 9th grade of high school, that are used in the Kojipokti Indigenous School, having as methodological procedures, bibliographical analysis, documental and pedagogical activity directed to the students of the 6th to 9th grade. The theoretical background searched for the study was based on authors such as Maher (2005), Hespanhol (2006) and Catrogiovanni (2010), among others. Therefore, it is necessary to prepare and distribute specific geography textbooks for indigenous schools, which can contribute to the teaching and learning process of indigenous students, thus containing contents that dialogue and that meet the specificities, identities, cultures and needs of the indigenous people.

KEYWORDS: textbook. Indigenous School Education. Geography.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1. O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA VOLTADO PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS | 18 |
| 2. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA..... | 20 |
| 2.1. A definição de Escola Indígena a partir da Legislação Brasileira..... | 20 |
| 2.2. Organização e funcionamento da escola indígena..... | 24 |
| 3. O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E OS CONTEÚDOS VOLTADOS PARA A REALIDADE DOS POVOS INDÍGENAS | 27 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 38 |
| REFERÊNCIAS | 40 |
| APÊNDICES | 43 |

INTRODUÇÃO

O livro didático é um importante recurso pedagógico utilizado nas escolas, no processo ensino e aprendizagem, sendo algumas vezes a única fonte de conhecimento utilizado pelos professores e pelos alunos. Assim, o livro didático funciona como um suporte ao trabalho do professor no processo de ensino e ao aluno no seu processo de aprendizagem.

O livro didático no processo de aprendizagem deve proporcionar aos alunos uma aproximação dos conteúdos trabalhados em sala de aula com a realidade vivenciada por eles, fazendo-os perceberem as relações da temática que é abordada no livro com os conhecimentos adquiridos no seu processo de formação e no seu cotidiano. Mas infelizmente, muitas vezes os conteúdos dos livros didáticos não condizem com a realidade e o cotidiano dos alunos, e quanto aos professores, o livro deve fornecer subsídios que favoreçam o desenvolvimento de suas aulas, tendo a função de dar apoio ao trabalho do professor em sala de aula, sendo um instrumento facilitador no desenvolvimento das aulas, tornando-se também importante no processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Neste contexto em que se apresenta o livro didático, em muitos casos, como única fonte de informação de alunos e professores, não se diferencia em relação aos livros didáticos de Geografia, que geralmente é o único instrumento utilizado pelos professores de Geografia em suas aulas, como também muitas vezes nas aulas de Geografia, o livro didático tem sido o único instrumento de aproximação aos conhecimentos que o aluno tem acesso nas aulas da disciplina de Geografia vem do que está contido no livro didático de Geografia.

No guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), observamos que é apresentado os princípios que os livros didáticos devem possibilitar aos alunos na aprendizagem, assim, seus princípios estabelecem que tais obras devem:

Analisar a realidade, percebendo suas semelhanças, diferenças e desigualdades sociais, e apresentar propostas para sua transformação; Compreender as interações da sociedade com a natureza, para explicar como as sociedades produzem o espaço; Compreender o espaço geográfico como resultado de um processo de construção social, e não como uma enumeração de fatos e fenômenos desarticulados; Saber utilizar os conceitos de natureza, paisagem, espaço, território, região e lugar, para analisar e refletir; Compreender seu espaço imediato, assim como as escalas mais amplas; Utilizar

variáveis básicas como distância, localização, semelhanças, diferenças, hierarquias, atividades e sistemas de relações, para identificar e inter-relacionar formas, conteúdos, processos e funções; Permitir a discussão e a crítica, estimulando atitudes para o exercício da cidadania; Favorecer a apropriação da linguagem cartográfica para estabelecer correlações e desenvolver as habilidades de representar e interpretar o mundo. (BRASIL, 2011, p.09).

Como pode ser encontrado no guia do PNL, o livro didático de Geografia deve proporcionar o desenvolvimento de forma crítica dos alunos diante do mundo, intervindo no espaço geográfico como cidadão consciente de seus deveres e direitos. Assim, segundo Sposito (2006), para se analisar o livro didático alguns critérios devem ser levados em consideração, entre eles, a coerência teórico-metodológico, a observância em relação aos erros conceituais ou de informação e a presença de preconceitos ou de indução a eles.

Neste sentido, destaca-se por exemplo, que alguns livros didáticos não trabalham as questões sobre os povos indígenas em seu conteúdo, ou quando é trabalhado, os povos indígenas são apresentados de forma pejorativa e/ou caricata, completamente fora do contexto da realidade dos povos originários, os apresentando como sujeitos parados no tempo, a generalização clássica dos povos sem roupas, que moram em ocas e desconectados da sociedade e da realidade global.

A partir destas questões relacionadas ao uso dos livros didáticos (em muitos casos) como única fonte de informação na sala de aula e seus conteúdos referentes aos povos indígenas, que não refletem as várias culturas e identidades, no caso dos livros didáticos de Geografia, não condizem com a organização espacial e cotidiana dos povos originários da América.

Desta forma, definimos como tema do estudo o “Livro Didático de Geografia na Educação Escolar Indígena”, procuraremos analisar a coleção do livro didático Araribá Mais utilizada nas aulas de Geografia no ensino fundamental do 6º ao 9º ano da escola indígena Kojipokti no interior da Terra Indígena (TI) Mãe Maria no município de Bom Jesus do Tocantins no Pará.

A justificativa da escolha pela temática se deu a partir da minha vivência na aldeia Hãkti Jõkri como indígena e morador, também da dificuldade enfrentada quando ainda era estudante do ensino fundamental, ao observar os conteúdos contidos nos livros didáticos de Geografia referentes aos povos indígenas, nada refletia ao cotidiano por mim vivenciado na aldeia, pois, o modo

de vida, a cultura e o cotidiano do indígena sendo apresentado nos livros didáticos, totalmente diferente do que realmente os povos indígenas vivem em suas aldeias e no seu dia a dia.

Segundo Maher (2005) o processo de ensino e aprendizagem na educação indígena, é uma empreitada social, o que significa dizer que a educação indígena é fundamentada na cooperação e na função utilitária do conhecimento. Ainda Maher (2005) destaca a distinção entre dois tipos de educação, a Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena. Para Maher (2005, p. 16), a Educação Indígena diz respeito aos processos educativos próprios de cada povo. Neste sentido, o processo de ensino e aprendizagem das crianças e dos jovens indígenas tem características próprias, específicas dos povos indígenas, ou seja, o processo de ensino e aprendizagem acontece em todos os espaços da aldeia, no nosso cotidiano, não estando restrito a um espaço específico, o ensino e aprendizagem se estende para além da escola, *“para aprender, para ensinar, qualquer lugar é lugar e qualquer hora é hora”* (MAHER, 2006, p. 17). Enquanto que a Educação Escolar Indígena, diz respeito, aos processos de ensino e aprendizagem dos conhecimentos tradicionais indígenas e da apreensão dos códigos da sociedade não indígena como a Matemática, a História, o português, a Geografia entre outros conhecimentos, que a partir dos conteúdos escolares são ministrados na escola (MAHER, 2006).

A partir desses fatores, foi criada uma proposta oficial para a Educação Escolar Indígena, trata-se do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), documento esse que tem a função de apoiar a formação dos professores indígenas a construção e organização dos currículos das escolas indígenas e, conseqüentemente, o desenvolvimento do ensino. Esse documento é para os indígenas um instrumento para a autonomia pedagógica e curricular para as escolas indígenas presentes em suas aldeias.

Diante de todas essas questões, formulou-se os seguintes problemas de pesquisa: qual é a visão que é apresentada a respeito dos povos indígenas no livro didático de Geografia adotado pela Escola Indígena Kojipokti? Os alunos indígenas conseguem se perceber a partir do que é mostrado e discutido nas páginas e sessões dos livros referentes aos povos indígenas? Os conteúdos abordados nos livros didáticos proporcionam o resgate da valorização da história e da cultura dos povos indígenas? O livro didático como o principal recurso

didático assume um papel fundamental no ensino e aprendizagem, este ensino e aprendizagem vai de encontro a realidade dos alunos indígenas?

Para que possamos responder a essas questões de pesquisa, traçamos como objetivo geral analisar os conteúdos referentes aos povos indígenas presentes nos livros didáticos de Geografia do 6º ao 9º ano que são utilizados na Escola Indígena Kojipokti. Assim a pesquisa deseja alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o uso do livro didático de Geografia do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, os conteúdos e abordagens sobre as questões indígenas, acerca da importância e valorização da cultura dos povos indígenas;
- Discutir criticamente como são apresentadas e abordadas as imagens referentes aos povos indígenas contidas no livro didático de Geografia;
- Analisar a percepção dos alunos indígenas ao conteúdo discutido e as ilustrações mostradas nas páginas e sessões dos livros referentes aos povos indígenas.

Assim, para o desenvolvimento da pesquisa os procedimentos metodológicos adotados foram, análises bibliográficas, documental e uma atividade pedagógica direcionada aos alunos do 6º ao 9º ano.

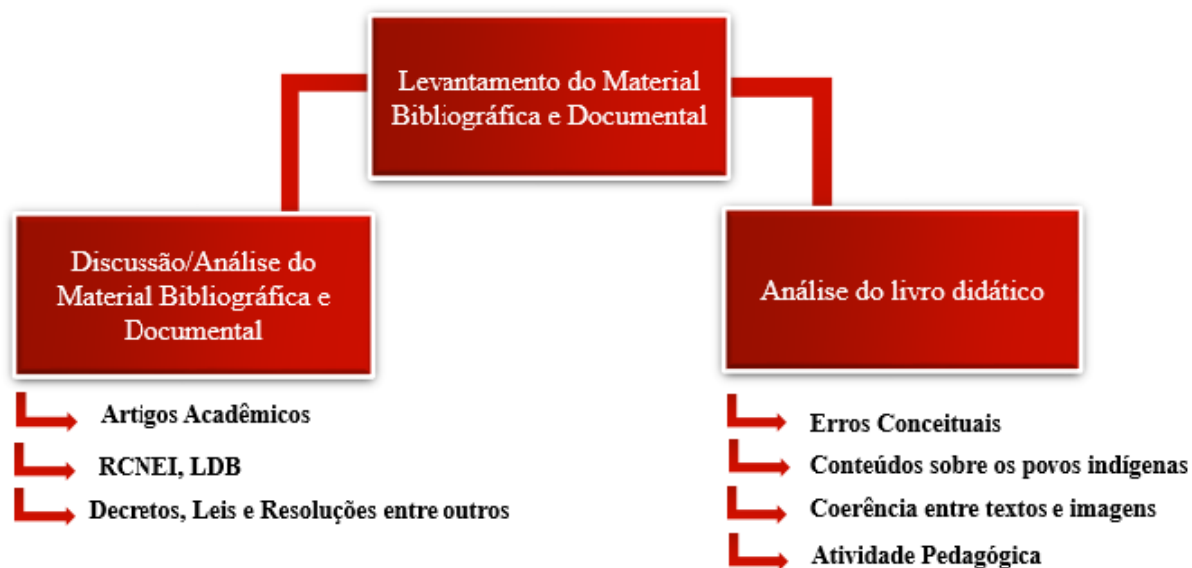
As análises bibliográficas são realizadas a partir de obras de autores que discutem a temática aqui estudada entre eles Maher (2005), Hespanhol (2006) e Castrogiovanni (2010), dentre outros. Já a pesquisa documental partiu da análise e consultas de documentos norteadores para a pesquisa, como a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), RECNEI, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e também a partir de decretos, leis e resoluções referentes a educação escolar indígena.

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto" (LUDKE & ANDRÉ ,1986, p. 39).

Foram também analisados os livros didáticos de Geografia utilizados nas turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II da Escola Indígena Kojipokti, levando em consideração os seguintes aspectos no livro didático: erros conceituais nos conteúdos das temáticas sobre os povos indígenas, adequação entre os textos e as imagens. Nesta etapa, analisou-se quais os pontos divergentes e convergentes no que tange a aplicação destes junto a realidade de vida social e cultural dos alunos indígenas.

Quanto à atividade pedagógica aplicada aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da Escola Indígena *Kôjipôkti*, foi utilizado um questionário no qual procuramos identificar a percepção que esses alunos tinham a partir da leitura dos conteúdos e ilustrações referentes aos povos indígenas presentes nos livros didáticos.

Figura 1: Fluxograma dos Procedimento Metodológicos.



Fonte: Organização do autor, 2022.

O trabalho está organizado na seguinte estrutura, no primeiro capítulo é abordada a importância do livro didático no processo de ensino em Geografia.

No segundo capítulo, trata-se da escola indígena segundo as legislações brasileiras sobre a Educação Escolar Indígena (EEI), discutindo o que é uma escola indígena, suas características, sua organização e o seu funcionamento.

E no terceiro capítulo, são apresentadas as discussões e análises do livro didático de Geografia, abordando e analisando como os conteúdos referentes aos povos indígenas são apresentados no livro, analisando as percepções dos alunos e as análises dos professores quanto ao livro didático. E por fim, as considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida.

1. O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA VOLTADO PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS

O livro didático tem se tornado um dos principais instrumentos didáticos presentes em sala de aula e utilizado por alunos e professores. Sendo assim, é de grande importância que o professor saiba utilizá-lo de forma correta no processo de ensino, para que os alunos tenham êxito no processo de aprendizagem e na construção dos conceitos e conhecimentos geográficos de forma crítica e reflexiva.

Como um dos vários recursos no processo de ensino aprendizagem, ele é utilizado em sala de aula e, é extremamente importante que o professor tenha em suas mãos um livro didático de qualidade. Neste sentido, Callai (2016) destaca que:

O Livro Didático (LD), como um material de uso nas escolas, se constitui como poderoso instrumento que permite acesso ao conhecimento na medida em que apresenta informações de uma disciplina específica. Mais que informações que trazem os conteúdos, orienta-se nos LD como o professor deve proceder para ministrar as aulas nos determinados níveis de ensino a que se destinam. Muitas vezes este é o único livro que as crianças, estudantes da escola pública e suas famílias, possuem em suas casas. Torna-se então um valioso documento que permite acessar o conhecimento. Mas, por outro lado, é também um poderoso instrumento nas mãos do Estado Nacional para veicular seus princípios e seus interesses no sentido de desenvolver uma consciência nacional. Através da divulgação dos conhecimentos e pelas orientações pode funcionar inclusive como algo autoritário, uma vez que se apresenta no Brasil como um livro destinado a todo o território nacional (CALLAI, 2016a, p. 274).

Castrogiovanni destaca que:

O livro didático, frente à atual condição de trabalho do professor de geografia torna-se cada vez mais um instrumento, se não indispensável, pelo menos necessário como complemento as atividades didático-pedagógicas, devendo ser utilizado apenas como um dos recursos entre tantos disponíveis (CASTROGIOVANNI, 2010, p. 133)

Em relação ao ensino de Geografia, Hespanhol considera que o livro didático de Geografia necessita “preparar o aluno para atuar num mundo complexo, localizar-se nele, decodificá-lo, compreender seu sentido e significado; e segundo, desenvolver seu espírito crítico” (2006, p. 77). Nesse processo o professor terá a importante função da mediação do conhecimento.

Quando os alunos não possuem o livro didático, sendo somente o professor a possuir, é necessário que o professor copie o “texto inteiro ou um resumo do texto é escrito na lousa e os alunos passam o tempo da aula copiando a lição com explicações rápidas ou, às vezes, sem explicação” (PONTUSCHKA et al. 2007, p. 341). Assim, devemos pontuar a necessidade da utilização do livro didático nas aulas, pois, com o livro didático o professor, não necessita passar todo o tempo da aula copiando a matéria no quadro, desta maneira, terá mais tempo para dialogar com os alunos sobre os assuntos abordados.

Da mesma forma que o livro didático se torna útil por otimizar o tempo aula, o professor deve ter cuidado ao utilizá-lo, tendo em vista que os livros são produzidos e distribuídos dentro de um contexto nacional, o seu conteúdo muitas vezes não irá contemplar determinados sujeitos e seus modos de vida, assim como características específicas de uma região ou de uma comunidade. Castrogiovanni e Goulart (2003), pontuam que não existe um livro didático perfeito, sendo necessário o professor complementar os conteúdos a partir de outros recursos, também, deve adaptá-los à realidade dos alunos quando o livro não oferecer.

Portanto, cabe ao professor, não ficar preso somente ao livro didático nas ministrações dos conteúdos em suas aulas, devendo contextualizar os conteúdos a partir do conhecimento que o mesmo tem sobre o assunto, amenizando os problemas que os livros didáticos muitas vezes possuem em relação a representação de conteúdos que não condizem com a realidade dos alunos, e no caso da nossa pesquisa com a realidade dos alunos indígenas.

2. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

2.1. A definição de Escola Indígena a partir da Legislação Brasileira

É a partir da Constituição Federal de 1988 que os povos indígenas brasileiros garantiram vários direitos, e tiveram os seus direitos à cultura e identidades reconhecidos. O Artigo 231 da Constituição Federal destaca que:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988).

Desta forma, esses direitos reconhecidos aos povos indígenas, possibilitaram que a escola indígena, a partir de uma educação escolar indígena priorize e valorize a sua língua, os seus saberes, formas de ensinar e aprender, suas manifestações culturais e suas tradições.

É de suma importância para os indígenas a instalação de escola nas comunidades indígenas, pois, proporciona o fortalecimento de sua língua materna, a reafirmação de suas identidades culturais e a manutenção de sua diversidade étnica. Luciano (2006) destaca que:

A educação escolar indígena refere-se à escola apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais, necessários e desejáveis, a fim de contribuir com a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade global (LUCIANO, 2013, p. 129).

O Decreto nº 26, de 04 de fevereiro de 1991, destaca em seu Artigo 1º que fica atribuída ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à Educação Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a FUNAI. E em seu Artigo 2º sobre as ações previstas no Art. 1º serão desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação.

Assim, observa-se a partir desse decreto a transferência da responsabilidade da educação escolar indígena, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Educação (MEC), ficando o MEC responsável pela coordenação da política e os estados e municípios ficam responsáveis por executar as ações estabelecidas pelo MEC, sendo essas ações sendo pensadas e executadas de forma conjuntas.

Outra conquista se deu com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A Lei dispõe em seu artigo 32, no parágrafo 3º da seção III, que “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Também no seu artigo 78, é destacado que o fomento à cultura e de assistência aos indígenas, o desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa, assim como a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural caberá ao sistema de ensino da União com a colaboração das agências federais, destacando assim, alguns objetivos nos incisos seguintes:

I – Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias. (BRASIL, 1996, p. 49)

Vemos assim, a garantia a uma educação diferenciada e específica, que respeita as suas identidades e particularidades, lhes proporcionando o acesso a uma educação de qualidade.

Segundo Luciano (2013, P. 131) “a escola fez com que se acreditasse que todas as sociedades que desejassem alcançar a civilização, o progresso e o desenvolvimento teriam de considerá-la o único caminho possível”. A cultura e os conhecimentos indígenas precisam ser reconhecidos no âmbito escolar, neste sentido, a escola se apresenta como base para esse reconhecimento. As Diretrizes para a Política de Educação Escolar Indígena, destaca, que:

A escola indígena tem como objetivo a conquista da autonomia socioeconômico-cultural de cada povo, contextualizada na

recuperação de sua memória histórica, na reafirmação de sua identidade étnica, no estudo e valorização da própria língua e da própria ciência - sintetizada em seus etno-conhecimentos, bem como no acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade majoritária e das demais sociedades, indígenas e não-indígenas (BRASIL, 1994, p. 12).

Ainda a Resolução nº 3, de 10 de novembro de 1999, “Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas”, sendo destacado no artigo segundo os elementos básicos para a organização, estrutura e funcionamento da escola indígena, que são:

I - Sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos;

II – Exclusividade de atendimento a comunidades indígenas;

III – O ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolingüística de cada povo;

IV – A organização escolar própria.

Virmos que a partir do que está estabelecido na legislação, a escola indígena só terá seu reconhecimento garantido estando inserida em território indígena, terá também a oferta de ensino na língua materna, o que fortalece a cultura e a preservação do costume dos povos indígenas em que a escola esteja inserida. Assim, a educação escolar indígena tem que levar em consideração a especificidade de cada povo, o seu modo de vida, suas especificidades, a temporalidade da comunidade onde a escola está inserida, tendo a participação da comunidade e da liderança indígena no seu processo de construção e decisão referente a escola.

Desta forma, verdadeiramente, uma escola indígena específica e diferenciada, intercultural e bilíngue, será constituída como se prevê na lei. O RCNEI (1998), destaca que:

Os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas de uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades. Uma normatização excessiva ou muito detalhada pode, ao invés de abrir caminhos, inibir o surgimento de novas e importantes práticas pedagógicas e falhar no atendimento a demandas particulares

colocadas por esses povos. A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida alguma, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas em suas particularidades (RCNEI: 34).

Ao longo do tempo, através de debates, discussões e reivindicações das comunidades indígenas, bem como a sociedade civil organizada desencadeou conquistas, muitas delas regulamentadas através de legislações (DA SILVA *ET AL*, 2017). Exemplo disso vem a ser o Decreto nº 26 de 04 de fevereiro de 1991 que atribui ao Ministério da Educação (MEC) um a competência de coordenação das ações referentes a educação indígena, em consonância com a Fundação Nacional do Índio (BRASIL, 1991).

Na mesma década o funcionamento das escolas indígenas teve suas diretrizes fixadas através da Resolução nº 03 de 10 de novembro de 1999 do Conselho Nacional de Educação (CNE), tal determinação visa “Estabelecer, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica” (BRASIL, 1999).

Outro decreto que reafirmou uma educação escolar indígena, foi o decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, que estabeleceu os Territórios Etnoeducacionais. Observa-se que este decreto veio alinhar o que já estava previsto em documentos e legislações anteriores, como o disposto no art. 231 da Constituição e nos arts. 78 e 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e no decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

Desta forma, no artigo primeiro desse decreto é pontuado que “*A educação escolar indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades*”. E no artigo segundo é destacado os objetivos da educação escolar indígena, que são:

I - Valorização das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;

II - Fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena;

III - Formulação e manutenção de programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas;

IV - Desenvolvimento de currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

V - Elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado; e

VI - Afirmação das identidades étnicas e consideração dos projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo indígena. (BRASIL, 2009).

Ainda no Art. 3º do decreto é pontuado que:

Será reconhecida às escolas indígenas a condição de escolas com normas próprias e diretrizes curriculares específicas, voltadas ao ensino intercultural e bilíngue ou multilíngue, gozando de prerrogativas especiais para organização das atividades escolares, respeitado o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas e as especificidades de cada comunidade, independentemente do ano civil (BRASIL, 2009).

Portanto, o decreto estabelece a organização da educação escolar indígena, com a realização de ações específicas sobre a educação escolar indígena, a gestão de suas escolas e seus currículos, a partir das demandas educacionais dos povos indígenas, como também proporciona ações específicas para a escola indígena. Importante também destacar, a atuação dos movimentos indígenas, nas discussões sobre as políticas referentes a educação escolar indígena e a respeito do modelo de escolas indígenas, que as comunidades indígenas almejam a partir de suas territorialidades e especificidades, pois, a com essas conquistas se passa a reconhecer a partir dos decretos, leis e normativas o que é uma escola indígena.

2.2. Organização e funcionamento da escola indígena

Mesmo com todos os direitos conquistados pelos povos indígenas a respeito da educação escolar indígena, muito ainda tem que ser discutido sobre políticas de melhoria para as escolas indígenas. Principalmente a respeito das organizações, funcionamento e estrutura das escolas indígenas, que estão implementadas em territórios indígenas, escolas que atendam o que as comunidades indígenas almejam.

Com base na legislação que estabelece as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, a escola indígena tem algumas especificidades como o exclusivo atendimento de comunidades indígenas e sua localização nas TI. Outro ponto importante é o ensino na língua materna como forma de preservação da cultura, bem como a prioridade aos professores indígenas para exercer atividade docente na Escola Indígena (BRASIL, 1999).

Segundo as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (BRASIL, 1994), a respeito da organização da escola indígena, destaca que as escolas indígenas devem estar organizadas de maneira a facilitarem a construção dos conhecimentos aos alunos indígenas. Também destaca que “os espaços físicos (*prédio escolar, biblioteca, laboratório, etc.*) bem como o mobiliário e sua disposição devem favorecer o trabalho escolar além de estarem de acordo com os padrões estabelecidos pela comunidade” (BRASIL, 1994, p. 20).

Sabemos que atualmente, todos esses requisitos ainda que garantidos em política referentes a educação indígenas, não é realidade de algumas escolas indígenas. Pois, existem escolas dentro das comunidades indígenas que não possuem uma estrutura adequada para o seu funcionamento e para execução de uma educação indígena de qualidade, muitas dessas escolas os seus espaços físicos são organizados a partir do empenho e esforços da própria comunidade indígena, que constroem espaços para a realização das aulas, improvisam mesas, carteiras e quadros para que as aulas aconteçam. Ainda é estabelecido que:

“A gestão da escola deve ser organizada segundo os padrões culturais da comunidade e exercida por membros da mesma, que participarão, juntamente com os professores, da definição dos objetivos de ensino-aprendizagem e da avaliação de seus resultados” (BRASIL, 1994, p. 20).

A partir dessa organização a educação escolar indígena e seu currículo proporcionará aprendizagem que faça com que os alunos indígenas associem os conhecimentos adquiridos na escola, com os conhecimentos que os mesmos adquirem no seu cotidiano, no ato de pescar, caçar, ao desempenhar suas atividades na roça e durante as festas e jogos tradicionais, pois, na educação indígena a aprendizagem também se dá nas atividades executadas no cotidiano da aldeia.

No Decreto que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e sua organização em territórios etnoeducacionais, especificamente no Artigo 4º é estabelecido elementos básicos para a organização, estrutura e o funcionamento de uma escola indígena, estabelecendo nos incisos seguintes que:

- I - Sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas;
- II - Exclusividade de atendimento a comunidades indígenas;
- III - Ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas; e
- IV - Organização escolar própria (BRASIL, 2009).

Observa-se que na organização e no funcionamento das escolas indígenas, é reconhecido aos povos indígenas sua autonomia organizacional, como também a organização a partir de seus conhecimentos próprios, garantindo dessa forma, a valorização e o fortalecimento de sua identidade, de sua cultura e de seus costumes que são diversos em cada comunidade indígena. Portanto, vemos a importância de a escola indígena possuir o seu regime próprio, regimes esses garantidos como apresentados a partir de normativas, que normatizam o seu funcionamento e sua estrutura.

3. O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E OS CONTEÚDOS VOLTADOS PARA A REALIDADE DOS POVOS INDÍGENAS

Compreende-se que é necessário que os livros didáticos para as escolas indígenas, contemplem as diversidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, para que haja significado no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos presentes nas escolas indígenas. Neste sentido, os relatos de professores indígenas presentes no RNCEI (1998), destacam a necessidade de livros didáticos que vão ao encontro das realidades indígenas.

As dificuldades que vivemos para construir esta escola diferenciada é que não temos livros diferentes. Os que temos são iguais aos da cidade e não falam de nossos povos indígenas.... Este problema pode ser superado através da produção de livros nossos.... Em cursos de formação e capacitação. Maria José Lima, Professora Xucuru, PE. (BRASIL, 1998, p. 80).

Assim, vemos a dificuldades dos professores que lecionam nas escolas indígenas em encontrar livros que retratem a diversidade dos povos indígenas, o que se tem são os livros que são distribuídos nacionalmente para as escolas, livros esses que não condizem com a cultura, o costume e com o cotidiano que são vividos pelos alunos em suas aldeias. O RCNEI (1998) em sua organização apresenta orientações a respeito da produção e elaboração de materiais didáticos próprios produzidos pelos indígenas, com o objetivo de que a sua cultura, língua e costume sejam trabalhados nesses livros.

Muitos recursos são usados, em várias escolas indígenas, com o fim de favorecer criações coletivas dos grupos de alunos ou dos professores para confeccionar materiais escolares de sua própria autoria. Reunidos nos cursos de formação, professores vêm organizando projetos de pesquisas, oficinas de produção de temas como vídeos e livros com temáticas específicas. E assim está sendo produzida uma variedade de materiais importantes ligados à cartografia (como mapas diversos), à reflexão sobre o meio ambiente (com pesquisas de espécies da fauna flora) às narrativas históricas e míticas, às músicas e outras partes de sua tradição oral etc. (BRASIL, 1998a, p. 69).

Pontuamos que além do livro didático o professor também deve utilizar outros recursos didáticos, como jornais, revistas, outros livros, vídeos, como bem pontuado no RCNEI (1998), onde os professores indígenas elaboram materiais

escolares de sua própria autoria, sendo assim, importante nas escolas indígenas o professor utilizar o livro didático com outros materiais produzidos que representam a sua tradição e que são produzidos por professores e alunos que vivenciam o dia a dia dos povos indígenas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) especifica a produção de materiais didáticos específico para os povos indígenas, como podemos observar no objetivo 13, que estabelece que tanto o MEC como os órgãos estaduais de educação, devem criar *“programas voltados à produção e publicação de materiais didáticos e pedagógicos específicos para os grupos indígenas”* (BRASIL, 2001, p. 60). Assim, os livros didáticos para as escolas indígenas devem estar adequados aos processos de ensino e aprendizagem que condizem com os povos indígenas e com as suas especificidades.

A respeito sobre a produção de materiais didáticos específicos para os povos indígenas, o artigo 79 da Lei Diretrizes e Bases pontua que a União deverá apoiar técnica e financeiramente a elaboração e a publicação de material didático específico e diferenciado para as comunidades indígenas, como especificado em seus objetivos.

Assim, esses materiais auxiliaram no processo de ensino e aprendizagem dos alunos presentes nas escolas indígenas, materiais esses que são produzidos a partir de professores e alunos indígenas que possuem um olhar de dentro da aldeia, que vai contra os conteúdos encontrados em livros didáticos, que sempre abordam os povos indígenas como a parte, estereotipados, visões essa que ferem a nossa memória, a nossa cultura que é formada por uma diversidade de povos, sendo importante que os livros didáticos para as escolas indígenas sejam elaborados e pensados a partir das concepções dos professores e dos alunos indígenas sobre a sua forma de organização cultural, social, política e da sua visão de mundo. Em relato registrado na pesquisa, viu-se que:

“Minha formação acadêmica é Linguagens e Artes, a sete anos. No momento está sendo muito útil para nossa educação escolar indígena apesar de não ser apropriado e voltado para nossa realidade. Os grandes desafios e a qualidade de materiais que muitas vezes repetitivos do ano para outro ano. A falta de material didático de geografia que são poucos enviados para nossa educação sem contar na pobreza desses livros. A uma desvalorização para a nossa cultura, os materiais didáticos que chegam para nossa educação indígena.

Uma grande importância são os livros didáticos que favoreça no ensino e aprendizagem da nossa educação.” (Informação Verbal)¹

Hoje a educação indígena reflete processos de escolarização que possam apropriar a sua realidade, por meio de práticas escolares que buscam constituir um modo próprio de ensinar com diálogos que compõem a educação tradicional. Os sentidos da escola vão se constituindo em atos para manter vivo seu modo de ser, sempre pondo sua cultura em primeiro lugar e adaptando seu calendário acadêmico para compreender essa perspectiva da realidade local. Os livros didáticos que o MEC distribui, não relatam a realidade da comunidade indígena. O aluno acaba não se interessando por algo que não transmite sua realidade local. A ideia é fazer com que esse ensino diferenciado não deixe de ter a sua própria identidade, que não deixem sua cultura morrer. Thiollent destaca:

Nesta perspectiva, é necessário definir com precisão, de um lado, qual é a ação, quais são os seus agentes, seus objetivos e obstáculos e, por outro lado, qual é a exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação. (THIOLLENT, 1986, p. 16).

Compreendemos a importância de o professor ter o conhecimento da realidade onde vai trabalhar, pois a partir desses conhecimentos abrirá um leque onde professor, aluno e comunidade passam a desenvolver os conhecimentos encontrados na realidade da comunidade. Porque através dos conhecimentos da comunidade o ensino aprendizagem passa a ser mais focados, obtendo assim melhores resultados, ao vivenciar a realidade dos alunos na comunidade, podemos observar que na educação escolar indígena, os conteúdos são organizados a partir do calendário escolar, acompanhando o tempo aldeia, o tempo escolar, enfim, seguindo a realidade cultural que a comunidade almeja. Em relatos foi observado que:

Sou Licenciado em Filosofia há quatro anos. Sobre os livros didáticos, apesar dos conteúdos não necessariamente contemplarem a realidade de forma integral da cultura indígena, são detentores de um conteúdo essencial para o ensino e aprendizagem dos alunos, pois contempla fatos narrados na história, bem como os conhecimentos matemáticos, linguagens e etc. para o conhecimento de modo geral, o livro é de suma importância. O único desafio é encontrar um livro que englobe os

¹ Entrevista da Professora Leonice Vicente Barros Gavião, Responsável da Escola Kôjipokti.

conteúdos curriculares dentro de uma programação do plano de curso. Muito dos temas abordados nos livros de geografia podem ser adaptados para a realidade cultural indígena em seus variados aspectos. Não encontro desafios que me impossibilitem o ensino de Geografia na educação indígena. A minha avaliação sobre adequação dos livros didáticos de geografia na escola kôjipôkti é positiva. Seria interessante se houvesse um livro específico que contemplasse a realidade cultural indígena. Os materiais didáticos que uso em minhas aulas são apostilas, músicas, vídeos, textos. O livro como já mencionado, é de extrema importância para um conhecimento geral, por isso, seu uso é de suma importância.” (Informação verbal)²

A partir das entrevistas realizadas com os professores indígenas da escola Haktijôkri, observamos que os professores conhecem a realidade da escola e dos alunos indígenas, participam da vivência e do cotidiano da escola Haktijôkri e da aldeia Hàkti, assim, a participação dos professores no dia a dia da comunidade, os torna mais habilidosos nos saberes culturais da educação diferenciada o que facilita o ensino. Um dos entrevistados relata:

“Sou Bacharel e Licenciada em História e estou na Escola Kôjipokti desde o ano de 2017, seis anos então. O livro didático nas escolas indígenas é de suma importância para os professores, na minha opinião o melhor é ter materiais didáticos produzidos nas escolas indígenas e que atendem os alunos, ou seja, assim aprendem melhor a cultura durante as aulas. Seria um desafio, mas o certo é saber intercalar os assuntos culturais com os livros didáticos vindo da realidade da cidade. Aqui na aldeia Hàkti são vários assuntos que cabe a nós conhecimentos para assimilar ao livro didático e aplicar aula para os alunos na escola indígena. O uso do livro didático de geografia deve servir primeiro para preparar o aluno a atuar num mundo complexo e localizar nele, voltado para educação escolar indígena deve se interdisciplinar os assuntos indígenas com a realidade cultural dos escritos do livro didático. Bom, tudo existe burocracia e desafios tanto para aprender como para ensinar. Ensinar geografia com o uso do livro didático em escola indígena é dificultoso pois muitas realidades dentro da reserva não são equivalentes ao que o livro didático traz, portanto deve se interdisciplinar um conteúdo com o outro e tudo resolve. E uma avaliação exemplar, na medida que se faz a associação dos assuntos local da realidade da comunidade Hàkti e da escola kôjipôkti. As mudanças sugeridas e a implantação de conteúdos voltados para a realidade indígena da T.I. Mãe Maria dentro do livro didático que são mandados para as escolas. Eu acompanho as atividades culturais locais a partir de registros coletados produzo meus materiais didáticos. Em parte, o livro didático é um complemento para as escolas, mas o certo é ter material didático próprio, a avaliação é boa.” (Informação verbal)³

² Entrevista do Professor Fabilson, exerce a disciplina de filosofia na Escola Kôjipôkti.

³ Entrevista da Professora Maura Saldanha.

A partir das entrevistas com os professores da Escola Kôjipôkti, pode-se observar a dificuldade que os professores têm em ministrar suas aulas, sem os materiais didáticos necessários e sem que os disponíveis retratem e dialoguem com as vivências dos alunos na comunidade. Isso faz com que os professores indígenas, juntamente com os alunos elaborem os seus próprios materiais didáticos, para as aulas de Geografia, entre esses materiais didático os professores destacam a criação de matérias didáticos como cartilhas, cadernos de atividades, textos e jogos. Assim, o uso desses materiais didáticos elaborados pelos professores, em conjunto com os alunos nas aulas de Geografia, aproxima os alunos com a cultura Gavião, com os conhecimentos indígenas e com o seu cotidiano, o que facilita a sua aprendizagem.

Na elaboração e confecção dos materiais didáticos próprios na língua indígena, são importantes a presença e a participação dos professores bilíngues, na condução da construção desses materiais, que irá fortalecer a cultura e a identidade indígena com a preservação de sua língua na educação escolar indígena.

Esses materiais didáticos elaborados pelos professores, facilitaram a compreensão e a aprendizagem pelos alunos indígenas nas aulas ministrada pelos professores. Tendo em vista, que as coleções de livros didáticos Araribá Mais que é utilizado na escola Kôjipôkti, não refletem a cultura, a identidade, o cotidiano e as particularidades dos alunos que frequentam a escola indígena.

Figura 2: Coleção de Livro Didático que chegam na Escola Kôjipökti.



Fonte: Autoria Própria, 2023.

Uma vez que, a escolha do livro didático que chega a escola, não é decidido com a participação e conversa com os professores das escolas indígenas locais, e sim de maneira hierarquizada, não havendo um diálogo com os professores da escola indígena, observa-se que a escolha do livro didático não depende do professor, e sim do governo que como compreendemos já possui parcerias com grandes empresas editoriais, assim sendo, essa forma de escolha dos livros didáticos não leva em consideração as análises dos professores indígenas sobre o livro didático, o que faz com que os conteúdos encontrados nesses livros didáticos não reflitam o cotidiano, a identidade e as práticas culturais dos alunos indígenas da escola.

Figura 3: Sala de aula da escola Kôjiökti.



Fonte: Autoria Própria, 2023.

Com a falta de livros didáticos que verdadeiramente expressem e abordem a cultura e o cotidiano dos alunos indígenas da escola, alguns professores procuram organizar e sistematizar a discussão dos conteúdos, que são apresentados no livro didaticamente da melhor maneira, desta forma, o professor durante o desenvolvimento do conteúdo que está sendo trabalhado em sala de aula, apresenta nas discussões exemplos, que proporcionem aos alunos fazerem a relação com o seu cotidiano, como por exemplo, a apresentação de imagens, mapas, textos, atividades e recortes de figuras que trazem a realidade dos alunos indígenas, como podemos observar na figura a seguir.

Figura 4: Alunos realizando atividades em sala de aula da escola Kôjiôkti.



Fonte: Autoria Própria, 2023.

Observamos que para além do livro didático, os professores da escola indígena Kôjipôkti, utilizam também outros materiais didáticos para assim, tentarem sanar as lacunas deixadas pela falta da abordagem e da contextualização no livro didático referente aos povos indígenas, e assim construir um conhecimento que vai ao encontro dos alunos indígenas da escola.

Durante o desenvolvimento da pesquisa na escola indígena Kôjipôkti, foram aplicados questionários com alguns alunos que se disponibilizaram a responderem as questões a baixo. Os alunos foram identificados por letras A e B para não expor seus nomes.

Quadro 1: Questionário aplicado ao aluno A.

| |
|---|
| Aluno: A |
| <p>1. Qual a sua idade? Tenho 16 anos.</p> <p>2. Qual a sua etnia? Gavião</p> <p>3. Como você avalia a utilização de livros didáticos na sua educação? Acho bons, mais só que deveria criar conteúdo voltado a nossa comunidade pra facilitar o nosso aprendizado.</p> |

4. Como você avalia a utilização de livros didáticos de Geografia na sua educação?

Eu não acho muito bons porque os livros didáticos de geografia são mais voltados a pessoas que moram na zona urbana e não tem muito conteúdo voltado a nossa comunidade indígena.

5. Você acha que os livros didáticos de Geografia utilizados na escola Kôjipôkti são adequados para a sua realidade? Por quê?

Os livros didáticos da escola indígena Kôjipôkti são bons, mas ficaria melhor se eles começassem a fazer conteúdo voltado a comunidade indígena.

6. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta ao estudar Geografia na escola Kôjipôkti?

Falta de livros didáticos voltado a comunidade indígena.

7. Você utiliza outros materiais didáticos, além dos livros de Geografia? Quais são eles?

Sim utilizamos livros didáticos de outras disciplinas e apostila.

8. Você acha que os livros didáticos são importantes para a sua educação? Por quê?

Os livros didáticos são importantes sim porque facilita no aprendizado mais rápido por ter o conteúdo no livro.

9. Você acredita que a Geografia é importante para a sua vida e para a sua comunidade? Por quê?

Acredito sim que a geografia é importante porque assim nós podemos estudar sobre os fenômenos climáticos, as composições sociais e o nosso solo dentro da nossa comunidade.

10. Você gostaria que houvesse mais atividades práticas na disciplina de Geografia? Por quê?

Eu acharia ótimo porque facilitaria nós alunos aprender mais rápido o conteúdo.

Observamos que segundo as respostas analisadas a partir do questionário, o aluno A ver dificuldade na compreensão dos conteúdos que são abordados no livro didáticos que é usado em sala de aula, pontuando que, se o livro didático trouxesse e trabalhasse nos conteúdos, questões do seu cotidiano

e que ele observa em sua comunidade, isso facilitaria a sua compreensão e a sua aprendizagem. Neste sentido, vemos uma ausência de conteúdos relacionados aos povos indígenas nos livros didáticos, que levem em consideração, o seu cotidiano, a sua espacialidade, sua cultura e sua identidade.

Quadro 2: Questionário aplicado ao aluno B.

| |
|---|
| Aluno: B |
| <p>1. Qual sua idade? 15 anos</p> <p>2. Qual a sua etnia? Gavião</p> <p>3. Como você avalia a utilização de livros didáticos na sua Educação? Sim, são adequados</p> <p>4. Como você avalia a utilização de livros didáticos de Geografia na sua educação? A qualidade de linguagem é coerência de texto, qualidade gráfica, qualidade de relevância das atividades.</p> <p>5. Você acha que os livros didáticos de Geografia utilizados na escola kôjipôkti São adequados para sua realidade? Por que? Sim! uma educação bem adequada, o estudo da geografia tem que ser bem relevante e na escola Kôjipôkti temos esse ensinamento.</p> <p>6. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta ao estudar Geografia na escola Kôjipôkti? Nenhuma, porque o ensino que temos na geografia são bem aplicados</p> <p>7. Você utiliza outros materiais didáticos além dos livros de Geografia? quais São eles? Aportilha</p> <p>8. Você acha que os livros didáticos são importantes para sua educação? Por que? Sim! São soluções educacionais para o ensino e aprendizado</p> <p>9. Você acredita que a Geografia é importante para sua vida e para sua comunidade? Por que?</p> |

Sim! Que assim podemos estudar o tempo e solo onde nós moramos

10. Você gostaria que houvesse mais atividade prática na disciplina de geografia? Por quê?

Sim! Teríamos mais conhecimento sobre os planetas terra, é facilitava para as pessoas que moram na zona rural.

Esses questionários, mostram a percepção dos alunos, no que se refere ao ensino de Geografia em sala de aula e sobre as atividades e os materiais didáticos que auxiliam no ensino dos conteúdos que o professor utiliza em sala de aula no ensino de Geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da pesquisa destacou a importância do professor não se prender apenas ao livro didático, mas também buscar outros materiais, outras fontes e outras leituras para o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem em sala de aula. Pois, como resposta ao problema de pesquisa levantado no trabalho, observamos que no livro didático utilizado na escola Kojipokti, os povos indígenas são representados de maneira genérica, apresentando os povos indígenas de forma homogênea, como se os povos indígenas não tivessem uma diversidade de cultura e de etnia, maneira essa de invisibilizar as diversas etnias, culturas e costumes que os povos indígenas possuem em sua diversidade étnica e cultural.

Também observamos que os alunos indígenas não conseguem se perceber nos conteúdos que são apresentados no livro didático, pois, os exemplos e discussões apresentados no livro didático não refletem a dinâmica e espacialidade de sua aldeia, não fazendo nenhuma relação com o seu cotidiano, com o seu lugar de vivência. Já que, a maioria das vezes o livro didático apresenta os povos indígenas como se os mesmos estivessem parados no tempo, vivendo em ocas e sem acesso a informação. Neste sentido, observamos que os conteúdos que são abordados sobre os povos indígenas nos livros didáticos não vão ao encontro da realidade que se inserem os alunos indígenas da escola Kojipokti.

Como respostas aos objetivos que foram traçados na pesquisa, observamos que pela forma e logística de como o livro é elaborado e inscrito, até mesmo pela intenção do autor, o livro acaba não contemplando todos os alunos nas suas abordagens, fazendo desta forma, com que os alunos não percebam ou consigam relacionar os conteúdos trabalhados no livro didático com o seu cotidiano, com a sua comunidade e principalmente com a cultura do povo Gavião.

Observamos que os professores da escola indígena Kojipokti não se deixam guiar, exclusivamente, apenas pelos livros didáticos, pois, como observado os professores acrescentam e criam metodologias a partir da elaboração de materiais didáticos indígenas, para além apenas da utilização do livro didático que é disponibilizado pelo Governo.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, observamos que é necessário que o professor faça uma contextualização da temática que está sendo trabalhada no livro didático com o cotidiano do aluno e da comunidade, uma vez que o livro não contempla a realidade dos alunos indígenas, proporcionado assim, a compreensão dos conteúdos e sua relação com o cotidiano.

Portanto, é necessário a elaboração e distribuição de livros didáticos específicos para as escolas indígenas, que irá contribuir no processo de ensino e aprendizagem dos alunos indígenas, contendo assim, conteúdos que dialoguem e que vão ao encontro das especificidades, identidades, culturas e necessidades dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Resolução CEB nº03 de 10 de novembro de 1999**. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf>. Acesso em 01 abril. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. 1. Ed, Brasília: MEC/SEF/DPEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos: PNLD 2011: Geografia**. – Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

BRASIL. **Decreto Presidencial No 6.861**, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 26, de 04 de fevereiro de 1991**. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena. Presidência da República, 1991.

BRASIL. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar** / Elaborado pelo comitê de Educação Escolar Indígena. – 2º ed. Brasília: MEC/ SEF/DPEF, 1994.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001.

CASTROGIOVANNI, A. C. et al. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. – 5 ed. Porto Alegre: editora da UFRGS, associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.

CASTROGIOVANNI, Antônio C.; GOULART, Lúgia B. A questão do livro didático em Geografia: elementos para uma análise. In: CASTROGIOVANNI, A (Org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/AGB, 2003, p.132-135.

CALLAI, Helena Copetti. **O livro didático no contexto dos processos de avaliação**. Revista OKARA: Geografia em debate, João Pessoa: v. 10, n. 2, p. 273-290, 2016.

DA SILVA, Maria de Nazaré Moraes. Et al. Autonomia Parkatêjê para preservar sua língua nativa: ME IKWY TEKJÊ RI. **Educação e Sociedade**. Vol. 38 n. 40 p. 809-825, Campinas, Brasil, 2017.

HESPANHOL, N.A. A avaliação oficial de livros didáticos de geografia no Brasil: o PNLD 2005 (5ª a 8ª séries). In: SPOSITO, M.E.B. (org). **Livros didáticos de geografia e história: avaliação e pesquisa**. São Paulo, 2006.

LUDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006. v. 1. (Coleção Educação Para Todos).

LUCIANO, G. dos S. **Educação para manejo do mundo entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2013.

MAHER, TM. **A formação de professores indígenas: uma discussão introdutória**. IN_____ GRUPIONI, L.D.B. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministerio da Educação, Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade, 2006.

PONTUSCHKA, N. N. PAGANELLI, T. I. CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSITO, E. S. O livro didático de Geografia: Necessidades ou dependência? Análise didática para o ensino fundamental. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrao (org). **Livros didáticos de História e Geografia: Avaliação e Pesquisa**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário para professores:

1. Qual a sua formação acadêmica?
2. Quanto tempo você trabalha na escola *kôjipôkti*?
3. Como você avalia a utilização de livros didáticos na Educação Escolar Indígena?
4. Quais são os principais desafios que você enfrenta na utilização de livros didáticos na Educação Escolar Indígena?
5. Como você avalia o uso de livros didáticos de Geografia na Educação Escolar Indígena?
6. Quais são os principais desafios que você enfrenta ao ensinar Geografia na Educação Escolar Indígena?
7. Como você avalia a adequação dos livros didáticos de Geografia utilizados na escola *Kôjipôkti*?
8. Você sugere alguma mudança nos livros didáticos de Geografia utilizados na escola *kôjipôkti*? Quais seriam essas mudanças?
9. Você utiliza outros materiais didáticos além dos livros de Geografia? Quais são eles?
10. Como você avalia a importância dos livros didáticos para a Educação Escolar Indígena?

Apêndice B – Questionário para alunos:

1. Qual a sua idade?
2. Qual a sua etnia?
3. Como você avalia a utilização de livros didáticos na sua educação?
4. Como você avalia a utilização de livros didáticos de Geografia na sua educação?
5. Você acha que os livros didáticos de Geografia utilizados na escola *Kôjipôkti* são adequados para a sua realidade? Por quê?
6. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta ao estudar Geografia na escola *kôjipôkti*?
7. Você utiliza outros materiais didáticos além dos livros de Geografia? Quais são eles?

8. Você acha que os livros didáticos são importantes para a sua educação?
Por quê?
9. Você acredita que a Geografia é importante para a sua vida e para a sua comunidade? Por quê?